

PARECER JURÍDICO

Procedimento Administrativo Licitatório nº: **122/2023**

Interessado: **Comissão Permanente de Licitação.**

Pregoeira: **Karineide Ferreira dos Santos.**

Empresas Participantes: **DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ nº 10.210.196/0001-00, **R H P COMPUTADORES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.187.402/0001-23, **VS DELGADO COMÉRCIO EIRELLI**, inscrita no CNPJ nº 12.665.218/0001-44, **LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA**, inscrita no CNPJ nº 10.742.589/0001-57, **ALEXON DE J F MAGALHAES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14.847.216/0001-00, **NOVIDÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.075.106/0001-00, **ALTA FREQUENCIA COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 29.920.016/0001-02, **BRAVAR COMERCIO E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 34.822.886/0001-70, **G C E SILVA COMERCIO DE INFORMATICA**, inscrita no CNPJ nº 34.657.550/0001-08, **SOFTCOMP - COMERCIO E SERVICOS INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.378.838/0001-77, **JSL COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 37.358.317/0001-04, **DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.223.106/0001-79, **MICROTECNICA INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.590.728/0009-30, **RENILSON DE M FONSECA**, inscrita no CNPJ nº 26.812.522/0001-81, **RRA COMERCIO ELETRO-FONIA LTDA**, inscrita CNPJ nº 44.307.153/0001-51, **LOGON TECNOLOGIA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.690.350/0001-46, **DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.853.627/0001-23, **E. J. SABA LOPES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 37.357.831/0001-25, **SUPRITECH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.158.347/0001-68, **MINAS SOLUCOES EM IMPRESSAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.619.837/0002-30, **WEB TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 47.400.801/0001-08, **CAMILIO EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.666.371/0001-82, **MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.629.177/0001-00, **DIAGRAMA TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 10.918.347/0002-52, **BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.329.312/0001-81, **BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.849.767/0001-16, **PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.779.785/0002-08, **CYBERCOM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 16.542.617/0001-79, **DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.708.647/0001-97, **LIFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 49.816.576/0001-10, **ISA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 50.306.476/0001-23, **PLANEJE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.482.916/0001-44, **TELLYCOM BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.329.622/0001-87, **VRS VENDAS ELETRONICAS**, inscrita no CNPJ nº 52.675.294/0001-55, **LICITAINFO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 52.277.278/0001-04.

Assunto: **Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Informática e Insumos, para atender as necessidades da Secretaria/Fundo Municipal de Saúde de Viséu/PA.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO NA MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E INSUMOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VISEU/PA. TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. EXAME PRÉVIO. MINUTA DO EDITAL E DE CONTRATO. LEI Nº 10.520/2002 E LEI Nº 8.666/93.

I – Licitação modalidade pregão eletrônico, sistema de registro de preços para a contratação de empresa especializada no Fornecimento de Equipamentos de Informática e Insumos, para atender as necessidades da Secretaria/Fundo Municipal de Saúde de Viseu/PA.

II – Fase interna. Minuta de contrato e de edital. Legalidade e Possibilidade. Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 036/2020. Existência de Parecer Jurídico favorável ao prosseguimento do certame. Possibilidade.

III – Fase Externa. Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

01. RELATÓRIO

1. Por despacho da Comissão Permanente de Licitação, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise da fase externa do Pregão Eletrônico nº 073/2023 – SRP, cujo objeto é o sistema de registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Informática e Insumos, para atender as necessidades da Secretaria/Fundo Municipal de Saúde de Viseu/PA.

2. Em estrita observância aos preceitos legais, observa-se que a fase interna do certame observou a forma dos atos essenciais ao prosseguimento do feito, conforme Parecer Jurídico existente nas folhas 142 a 150 que entendeu pela regularidade da fase interna do processo administrativo.

3. Desta feita, passa-se a analisar a fase externa, numeradas a partir da folha 205, tendo a publicação do Edital e seus anexos – Fls. 151 a 209.

4. A Publicação do aviso de licitação do Pregão Eletrônico foi realizada no dia 28 de dezembro de 2023 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará, nº 3402, página 99, no dia 29 de dezembro de 2023 no Diário Oficial do Estado do Pará, no dia 02 de janeiro de 2024 no Diário Oficial da União, seção 3, página 270, conforme fls. 206, 207/208 e 209, respectivamente.

5. Às fls. 211 a 217, consta pedido de esclarecimento acerca do edital formulado pelas empresas INSUMATEK TECNOLOGIA LTDA – ME e DIAGRAMA TECNOLOGIA LTDA, entretanto, apesar da ausência de resposta nos autos, não se vislumbra prejuízo ao processo licitatório pois houve a participação de várias empresas.

6. Ato contínuo foi emitido o relatório de propostas registradas às fls. 219 a 329.

7. Às fls. 331 a 355 consta Ata de Propostas.

8. Seguindo a ordem documental, houve a apresentação de documentos de habilitação das empresas SOFTCOMP COMERCIO E SERVIÇO INFORMÁTICA LTDA, DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, CYBERCOM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA, E.J. SABA LOPES EIRELI, ALEXON DE J F MAGALHÃES LTDA, MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA, RHP COMPUTADORES LTDA, DIAGRAMA TECNOLOGIA LIMITADA, VS DELGADO COMERCIO EIRELI, PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, JSL COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LTDA, CAMILIO

EMPREENDEMENTOS LTDA, MG SERVICE COMPUTADORES INFORMÁTICA, ALTA FREQUÊNCIA COMERCIAL LTDA, LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA, fls. 356 a 1.759.

9. Verifica-se que foi juntado documentos de diligência pelas empresas SOFTCOMP COMERCIO E SERVIÇOS INFORMÁTICA LTDA, DLB COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA, E. J. SABA LOPES EIRELI, ALEXON DE J F MAGALHÃES LTDA, JSL COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE LTDA, VS DELGADO COMERCIO EIRELI, MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMATICA LTDA, fls. 1.760 a 1.815.

10. Após, as empresas SUPRITECH TECNOLOGIA LTDA, ISA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, LIFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA, BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA, G C E SILVA COMERCIO DE INFORMÁTICA, juntaram documentos de habilitação, conforme fls. 1.816 a 2.025.

11. Em análise da Ata Final, constante às fls. 2.027 a 2.286, observou-se que a ordem dos atos previstos no Decreto nº 10.024/2019 foram devidamente observados, quais sejam, envio apresentação das propostas e documentos de habilitação, abertura da sessão e envio de lances, negociação e julgamento das propostas para então, seguir à análise dos documentos de habilitação acostados pelas empresas licitantes.

12. Observa-se que as propostas foram analisadas sendo em seguida iniciadas a fase de Lances e posteriormente a abertura do processo.

13. Por fim, a sessão foi finalizada no dia 15/02/2024, sendo declaradas habilitadas e vencedoras para os diversos itens licitados, as seguintes empresas: ALEXON DE J F MAGALHÃES LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.847.216/0001-00, DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.708.647/0001-97, SOFTCOMP COMÉRCIO E SERVIÇOS INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.378.838/0001-77.

14. Após, foi apresentada proposta consolidada das empresas ALEXON DE J F MAGALHÃES LTDA, SOFTCOMP COMERCIO E SERVIÇOS INFORMATICA LTDA, DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, fls. 2.296 a 2.319.

15. Após isto, vieram os autos para esta Procuradoria Jurídica, para análise.

16. É o relatório.

02. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

17. Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

18. O art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93 prevê que o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com “pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade”. O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos,

acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

19. A necessidade de análise jurídica nos procedimentos administrativos licitatórios está prevista ainda nas Resoluções nº 11.535/2014 e nº 11.832/2015, alteradas pelas Resoluções nº 29/2017 e nº 43/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

03. FUNDAMENTAÇÃO.

20. Como sabido, o procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para o fornecimento de produtos e serviços, bem como a realização de obras. A Lei Federal n. 8.666/1993 – ao trazer as normas gerais sobre o tema – tem como núcleo normativo a norma contida no art. 3º, que reafirma a necessidade e a importância da realização do procedimento licitatório para a proteção e garantia da Administração Pública. Vide:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

21. A norma contida neste artigo demonstra que o procedimento licitatório não se trata de mera sucessão de atos administrativos, mas que é necessário coaduná-lo aos princípios da norma geral (Lei Federal nº. 8666/93). Em suma, a licitação é um procedimento orientado para o atingimento de certos fins, entre os quais a seleção da(s) melhor(es) propostas.

22. Entre esses fins, a busca pela proposta mais vantajosa é essencial para que o Poder Público explore de maneira mais eficiente seus recursos econômicos. Marçal Justen Filho, ao falar sobre proposta mais vantajosa, aduz que esta é obtida através da conjugação de dois aspectos inter-relacionados: o dever da Administração Pública em obter a prestação menos onerosa e o particular em ofertar a melhor e a mais completa prestação.

23. A Constituição Federal determina em seu art. 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de as contratações de obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serem precedidas de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação. Assim, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a lei nº 8.666/93, que versa sobre as normas atinentes aos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública.

24. Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

25. Como regra a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

“Art. 37. (...)”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

“Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.”

26. Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos: o primeiro é estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

27. Desse modo, sagra-se um tratamento igualitário entre os interessados em contratar (respeito ao princípio da impessoalidade, isonomia e moralidade pública), e para se alcançar a proposta mais vantajosa.

28. A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.

29. Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. É assim que se observa que se coíbe que os agentes públicos venham a impor interesses pessoais, o que acarretaria prejuízo para a sociedade em geral.

30. Cumpre destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de observância da legalidade dos atos administrativos que precedem a solicitação do parecer jurídico, para aferição de consonância dos atos praticados com o regramento vigente.

03.1 DA FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO.

31. Primeiramente cumpre salientar que no processo em comento a análise do presente é restrita aos parâmetros determinados pelas legislações atinentes à temática, quais sejam a Lei nº 8666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Nº 10.024/2019, Decreto 7.892/13 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 8.250/14 e Decreto Municipal nº 036/2020.

32. No tocante ao cumprimento do disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002 e da Lei nº 8.666/93, observa-se que após a publicação do edital foi respeitado o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do aviso de publicação do edital até a realização da sessão pública, para análise julgamento das propostas.

33. Em análise das atas presentes aos autos, verifica-se que bem ora extensas, os procedimentos transcorreram dentro da normalidade, com participação ativa das empresas, o que evidência êxito na concorrência e na publicidade dos atos e atendimento aos princípios licitatórios, o que satisfaz os interesses da administração pública para a obtenção da proposta mais vantajosa.

34. Portanto, verifica-se que os procedimentos transcorreram dentro da normalidade, assim como o registro da proposta, apresentação de documentos de aceitabilidade de proposta, abertura da fase de disputa de lances, com a declaração de vencedor nos itens licitados, bem como o envio e análise de documentos de habilitação pela pregoeira e ainda a concessão de prazo para eventuais recursos.

35. Tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c artigos 27 ao 43 do Decreto 10.024/2019 e art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993, cabe ao pregoeiro conduzir o certame e analisar os documentos encaminhados pelas licitantes deixa-se de analisar os respectivos documentos apresentados pelas empresas participantes, que constam devidamente analisados e rubricadas pela pregoeira **Karineide F. dos Santos** pelo que, entende-se o cumprimento do Art. 17 do Decreto 10.024/2019, senão vejamos:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

36. Desta feita, sabe-se que a licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem esquecer de observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiente, visando a garantia do interesse público, o que entende-se atendida na conformidade do que fora analisado no presente parecer, sagrando-se vencedoras do presente certame as empresas: **ALEXON DE J F MAGALHÃES LTDA, SOFTCOMP COMERCIO E SERVIÇOS INFORMATICA LTDA, DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA** pois cumpriram todos os requisitos editalícios, oferecendo os melhores preços, conforme valores constantes tanto nas atas quanto nas propostas referidas nos autos.

37. No mais, verifica-se do inteiro teor da Ata da sessão, que os atos praticados não possuem vício formal ou material cuja relevância comprometa a regularidade jurídica do certame, estando todos os atos praticados devidamente motivados oportunamente pelos agentes responsáveis pela condução do procedimento concorrencial.

38. Ante todo o exposto, tem-se que processo teve um valor final total de R\$ 1.622.610,15 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e dez reais e quinze centavos), portanto, abaixo do valor de referência, qual seja, R\$ 2.459.640,75 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), o que demonstra um resultado de acordo com o interesse público e os princípios licitatórios.

04. CONCLUSÃO.

39. Sendo assim, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela **HOMOLOGAÇÃO** pela autoridade competente, após manifestação da Controladoria Interna do Município, para que haja a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

40. Retornem os autos a Pregoeira.

41. Viséu/PA, 20 de fevereiro de 2024.

Procurador Geral do Município de Viséu-PA
Agérico H. Vasconcelos dos Santos
Decreto nº. 13/2023